

Líderes pedem controle de fronteiras

Vaguinaldo Marinheiro

Após onda de migração árabe, francês Sarkozy e italiano Berlusconi querem mudar acordo de livre circulação

Governos trocaram acusações depois que tunisianos que viajaram à Itália foram barrados na fronteira francesa

Itália e França decidiram em conjunto pedir que a União Europeia rediscuta o tratado que permite a livre circulação de pessoas entre 25 países do continente.

Conhecido como Tratado de Schengen (cidade em Luxemburgo onde foi assinado), o acordo é um dos pilares da UE.

Começou a ser discutido em 1985 e entrou em vigor dez anos depois, abolindo na prática as fronteiras internas entre os países signatários.

Agora, os dois países falam em retornar o controle fronteiriço em "circunstâncias excepcionais". A motivação é a onda migratória de africanos que começou com a queda de governos ditatoriais no norte do continente.

"Não queremos negar o Tratado de Schengen, mas estamos de acordo que deve ser modificado quando se apresentarem circunstâncias excepcionais", afirmou o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, após reunião com o presidente francês, Nicolas Sarkozy.

TRENS

A reunião aconteceu em Roma, após troca de acusações entre os dois governos por causa da circulação de imigrantes tunisianos que desembarcaram na Itália, consequência da queda do ditador Ben Ali, em janeiro.

Cerca de 25 mil fugiram para a ilha italiana de Lampedusa, que fica a 120 quilômetros da costa tunisiana.

Pelas regras da UE, os imigrantes têm de ficar no país em que aportaram até que sejam devolvidos a seus locais de origem ou que seja concedido asilo ou visto.

O governo italiano alegou que não tinha como acolher tanta gente.

Apelou por ajuda dos demais membros do bloco. Não obteve resposta e resolveu conceder documentos temporários de permanência, o que permite a imigrantes circular pelos países signatários de Schengen.

Foi uma gritaria, principalmente de França e Alemanha, destinos preferenciais dos tunisianos.

Na semana passada, a França bloqueou por meio dia o tráfego de trens com a Itália para impedir a entrada desses tunisianos recém-documentados.

Disse que só podiam entrar se comprovassem ter condições de se sustentar.

Mudar um tratado da UE não é fácil. Dependendo da alteração, é necessária a ratificação interna em cada um dos países signatários.

Caso o controle de fronteiras volte, ele afetará os cerca de 400 milhões de habitantes dos 25 países e também turistas, como os brasileiros, que teriam que passar pela chateação do controle de passaportes quando viajassem por exemplo de trem entre Roma e Paris ou Berlim.

Otan vai atacar retaguarda do Exército líbio

Estrategistas da Otan (aliança militar ocidental) estão ampliando os bombardeios aéreos na Líbia para alvos na retaguarda do Exército do regime -tais como quartéis-generais, centrais de comunicação e instituições que apoiam o ditador Muammar Gaddafi.

Segundo o jornal americano "New York Times", os objetivos são desestruturar a cadeia de comando do Exército -impedindo que ordens cheguem às tropas- e neutralizar instituições que dão legitimidade ao regime, como a TV estatal.

Anteontem, um complexo residencial usado por Gaddafi, que fica na capital Trípoli, foi alvo de bombardeio dos aliados.

Oficiais da Otan disseram ao "NYT" sob anonimato que os ataques a instituições-símbolo do regime também teriam como efeito secundário a perda de legitimidade do ditador e sua consequente queda.

MISRATA

Após anunciar pretensa retirada de Misrata, último bastião rebelde no oeste do país, tropas líbias consolidaram posições nos arredores da cidade.

Com sua artilharia de campanha abrigada de ataques aéreos da Otan (dividida em pequenos grupos junto a prédios civis), o Exército começou ontem a bombardear e lançar ataques de infantaria contra a região portuária.

O porto de Misrata é a única linha de suprimentos dos rebeldes na cidade. A interrupção dela possivelmente forçaria uma rendição dos insurgentes que combatem na região.

Europeus barram imigrantes agora, mas precisarão deles

Hélio Schwartzman

Não importa muito o que digam Sarkozy, Berlusconi nem mesmo a extrema-direita xenófoba.

O fato é que, no futuro, os países europeus vão precisar trazer consideráveis contingentes de imigrantes, se quiserem manter seu sistema de aposentadorias e seus níveis de riqueza.

Mais do que uma questão ideológica, trata-se de um problema aritmético. A Europa ocidental vive o fenômeno do envelhecimento populacional, caracterizado pelas baixas taxas de fecundidade e de mortalidade e pela elevada expectativa de vida.

Traduzindo o demografês: os europeus vivem cada vez mais e têm cada vez menos filhos. Ao menos a primeira parte da equação é em princípio uma boa notícia, mas que tem implicações complexas.

De acordo com projeções do FMI, de 2006 até 2050 a UE passará de uma média de quatro pessoas em idade de trabalho (15 a 64 anos) para cada aposentado (mais de 65 anos) para apenas duas.

Não é necessário PhD em economia para perceber que menos pessoas contribuindo para a Previdência e mais gente dela sacando por períodos mais longos é sinônimo de encrenca, não só para as contas públicas como também para a economia do país como um todo.

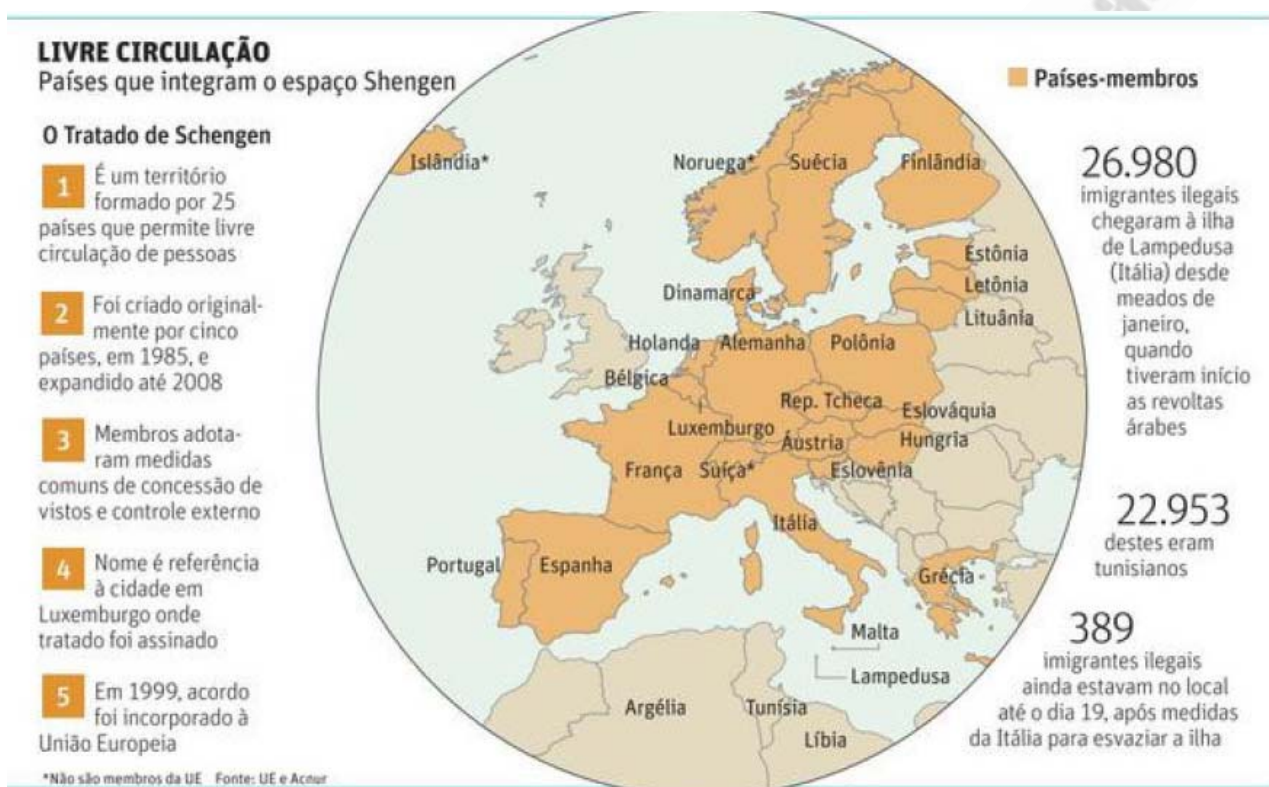
Descartadas as soluções extremas de matar os velhinhos ou fazê-los labutar até o fim da vida, a única forma de equilibrar o sistema é agregando mais trabalhadores à população.

Como os europeus não parecem dispostos a ter filhos, a única saída é a importação de mão de obra.

A pergunta não é se vai ser necessário fazê-lo, mas sim em que proporção. Trabalho recente de Mikko Myrskylä ("Nature", agosto de 2009) sugere que, à medida que os países atingem os níveis ótimos de desenvolvimento - IDH, que vai de 0 a 1, aproximando-se e ultrapassando o 0,9-, a fecundidade para de cair e volta a subir.

Trata-se, porém, de um achado estatístico e que comporta exceções (Canadá, Japão e Coreia do Sul não seguem o padrão). Mesmo que se materializasse, tal cenário não dispensaria a entrada de imigrantes para manter os países europeus funcionais.

Seria melhor que os líderes da UE deixassem de chancelar as teses populistas da extrema-direita e começassem a preparar seus países para lidar um pouco melhor com o fenômeno da imigração, com o qual vão ter de conviver.



Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 abr. 2011, Primeiro Caderno, p. A14.